



1519 - **V CENTENÁRIO** - 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Município de Sabrosa

Anexo às demonstrações financeiras

Prestação de contas de 2019

8 Anexos às demonstrações financeiras

8.1 Caracterização da entidade

8.1.1 Identificação

8.1.1.1 Heráldica: brasão de armas, bandeira e selo branco

Brasão: Em campo de prata, um chafariz negro lançando água de azul realçada de prata, acompanhada de duas árvores verdes frutadas de ouro e troncadas e arrancadas a negro. Chefe de vermelho com um braço vestido de prata, mão de carnação empunhando uma espada de prata, com um punho e guarda de ouro, tudo realçado de negro. Coroa mural de quatro torres de prata. Listel branco com a legenda em maiúsculas a negro: Vila de Sabrosa.

Selo: Circular, tendo ao centro as figuras das armas sem indicação dos esmaltes. Dentro de círculos concêntricos os dizeres "Câmara Municipal de Sabrosa" (Portaria 7755, Ministério do Interior, 22 de Janeiro de 1934).

Bandeira: Verde. Cordões e borlas de prata e de verde. Haste e lança de ouro.

8.1.1.2 História

Apesar de somente ser Concelho desde 6 de Novembro 1836, todo o território de Sabrosa está pejado de vestígios da ocupação de diferentes povos e culturas, sendo alguns dos mais antigos os que remontam à Pré-história recente.

Foi precisamente durante este período que se construíram as dezenas de mamoa, estruturas funerárias neolíticas, que foram identificadas no nosso território e das quais se destaca a Mamoa 1 de Madorras, na Serra da Padrela (Arcã), pela sua monumentalidade e qualidade de preservação.

Também a, vulgarmente chamada, cultura castreja (Idade do Ferro) nos deixou vestígios na forma de castros, como o da Sancha ou Castelo dos Mouros, em Sabrosa e o Castro de S. Domingos de Provesende, localizados em sítios com boa visibilidade e boas defesas naturais que eram depois reforçadas com a construção de fossos e várias ordens de muralhas.

O Castro de Sabrosa terá sofrido ainda um processo de romanização, atestado pelo espólio encontrado do qual se destacam algumas moedas e uma epígrafe dedicada a Júpiter. No Concelho existia ainda um cemitério lusitano-romano localizado na Freguesia de Provesende (Quinta da Relva), classificado como património de interesse público, mas destruído nos anos 50 por um arroteamento do terreno para plantação de uma vinha.

A maioria das povoações pertencentes ao Concelho de Sabrosa remontam à Idade Média, pertencendo assim a concessão dos respectivos forais ao início da dinastia Afonsina, embora a fundação de algumas delas seja anterior

a 1143 (Fundação de Portugal), como é o caso de Provesende. Deste período restam ainda algumas sepulturas paleo-cristãs escavadas na rocha, localizadas na proximidade dos seguintes locais: Arcã, Vilar de Celas e Donelo.

No século XV, a documentação relativa a legados e valimentos surge com mais intensidade, denotando a existência de famílias nobres, no seio das quais, mais precisamente na Casa da Pereira, se crê ter nascido o navegador Fernão de Magalhães a quem se devem os planos e a execução parcial da primeira viagem de circunavegação da Terra.

O modo de vida destas famílias nobres pode ser hoje imaginado partindo da observação dos inúmeros solares e casas brasonadas que se distribuem pelo Concelho, podendo ser apreciados em quase todas as povoações.

Com a prosperidade económica conseguida em virtude da produção e comércio de vinho, foi reforçado o poder e influência dessa nobreza levando a uma proliferação dos solares no século XVIII. Este arranque económico-social deveu-se sobretudo à criação, em 1756, da Região Demarcada do Douro, primeira no mundo, e à fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por Marquês de Pombal.

De todas as freguesias que constituem actualmente o concelho de Sabrosa, apenas Parada do Pinhão, S. Lourenço de Ribapinhão e Torre do Pinhão não fazem parte da Região Demarcada do Douro.

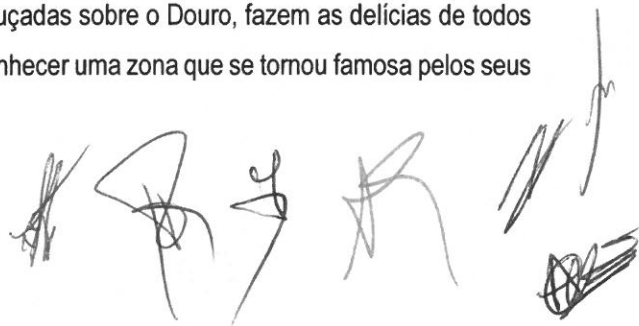
A 14 de Dezembro de 2001, a UNESCO integrou o Alto Douro Vinhateiro na lista de locais considerados património mundial na categoria de "Sítios Mistos", englobando áreas do nosso município.

8.1.1.3 Geografia

Este concelho, com a área total de cerca de 180 km², pertence ao Distrito de Vila Real e está inserido na Entidade de Gestão do Turismo do Douro. É ladeado a Norte pelos concelhos de Vila Pouca e Murça, a Nascente pelo de Alijó com o rio pinhão a acompanhar a linha de fronteira em quase toda a sua extensão, a Poente pelo de Vila Real e Peso da Régua e a Sul pelo Rio Douro. Apresentando uma configuração oblonga, cuja orientação é Norte/Sul, tem 40 km² de comprimento máximo e 8 km² de largura.

Sabrosa é um concelho com duas realidades geológicas muito distintas que ao longo do tempo influenciaram a paisagem e o modo de vida das suas gentes, a Norte onde impera o granito é da cultura de cereais, de pinheiros e da extracção da pedra que subsistem a maioria das pessoas, enquanto no Sul dominado pelo xisto é a cultura da vinha, que se estende pelos socalcos, que dá trabalho aos homens.

A localização geográfica do concelho permite que o seu visitante desfrute das magníficas paisagens, conjugando dois factores muito favoráveis, que são uma orografia bem pronunciada e o rio Douro com os seus vinhedos de ímpar beleza. Verdadeiros miradouros naturais, varandas debruçadas sobre o Douro, fazem as delícias de todos aqueles que propositadamente se deslocam a Sabrosa, para conhecer uma zona que se tornou famosa pelos seus vinhos.



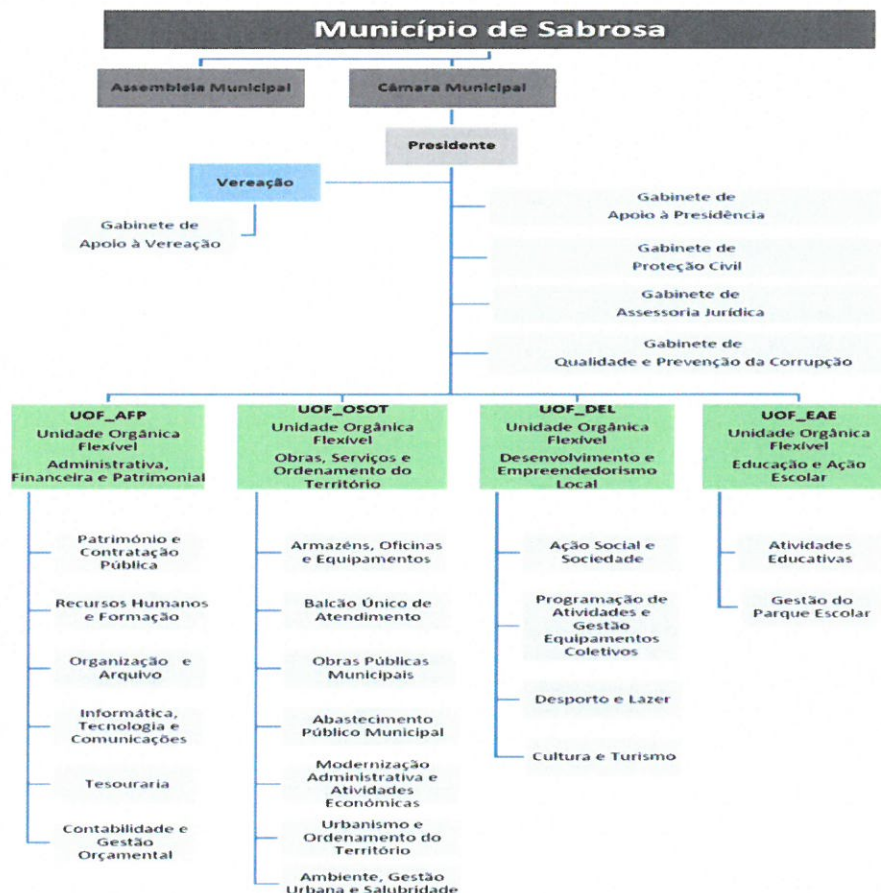
8.1.1.4 Designação

O Município de Sabrosa é uma pessoa colectiva do direito público com Número de Identificação de Pessoal Colectiva 506 824 942 e Código de Actividade Económica 75113, sita em Rua do Loreto, 5060-328 Sabrosa, exercendo as alterações conferidas por lei das autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se na segunda e quarta terça-feira de cada mês, estando as suas competências e regime jurídico de funcionamento definidos nos artigos 56.º e seguintes da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

8.1.2 Legislação

A estrutura e organização dos serviços do Município de Sabrosa, foi publicada no Diário da República, pelo Aviso n.º 19462/2019 datado de 04 de dezembro e pelo Despacho datado de 30 de Outubro de 2019.

8.1.3 Estrutura organizacional efectiva



8.1.4 Descrição sumária das actividades

O objectivo estratégico do Município de Sabrosa é a satisfação de necessidades colectivas, nomeadamente, a promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Pretende-se uma intervenção mobilizadora, envolvendo e motivando diversos intervenientes e que responda à causa dos problemas existentes.

8.1.5 Recursos Humanos

8.1.5.1. Pessoal

O Mapa de Pessoal foi aprovado conjuntamente com os Documentos Previsionais para 2019.

8.1.5.2 Composição dos Órgãos

Em resultado das eleições autárquicas, o registo dos eleitos para os órgãos das autarquias locais, ao abrigo do artigo 234.º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais.

Órgão Executivo – Câmara Municipal – Conforme Relação Nominal dos Responsáveis, em anexo.

01/01/2019 a 2019/12/31

Presidente da Câmara Municipal:	Domingos Manuel Alves Carvas
Vereadores em regime de permanência:	António Manuel Sousa Ribeiro da Graça (Vice-Presidente) Mário Vilela Gonçalves
Restantes vereadores:	António Augusto Marques Ferreira Araújo António Gilberto Regas Correia



Órgão Deliberativo - Assembleia Municipal

01/01/2019 a 31/12/2019

Presidente José Manuel de Carvalho Marques
Membros Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda Pavão - 1ª Secretária
Luís Eduardo Pereira Pinto
António Manuel dos Santos Morgado
Luís António Ribeiro Almeida
Suzanne Conceição Monteiro Peixoto
Manuel António Paulos Marques
Orlando Manuel Marques Araújo Pereira Vaz
Manuel António Sá
Sérgio Manuel Pereira Freitas
Isabel Maria Sousa Carvalho Gonçalves
Carlos Manuel Lebres Lopes Seco
João Manuel de Barros Salgueiro
Eduardo Augusto Guimarães Fontes
Paulo Jorge Pereira Timóteo

Presidentes de Junta de Freguesia

Victor Manuel Varela Macedo Cardoso - Celeirós do Douro
José Carlos Correia Gonçalves – S. Martinho de Anta e Paradela de Guiães
José Arnaldo de Carvalho Guerra - Covas do Douro
Gilberto Monteiro Taveira – Parada do Pinhão
Eduardo Fernando Correia - Gouvinhas
Francisco António P. Alves - Paços
José Luís Rodrigues Fernandes – Provesende, S. Cristóvão do Douro e Gouvães do Douro
João Manuel de Barros Veiga – Sabrosa
Maria Adelaide Machado Gonçalves Rebelo – Souto Maior
Romeu Correia Alves - São Lourenço de Ribapinhão
António Rodrigo da Silva Timóteo - Torre do Pinhão
António Manuel Fonseca Venâncio - Vilarinho de São Romão



8.1.6 Organização contabilística autárquica

O sistema contabilístico consiste num conjunto de tarefas, métodos, regras e registos, através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

O sistema de informação contabilística das autarquias locais encontra-se regulamentada pelo regime Financeira das Autarquias Locais, a Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, nas suas atuais redações.

Este sistema contabilístico que segue, no seu essencial, as regras e princípios da contabilidade pública, revelando as operações que decorrem do conjunto de actos administrativos realizados pelo município, como sejam: o tratamento e registo das operações de arrecadação de receitas e a realização de despesas, preparação, controlo, detecção de desvios, elaboração de alterações e revisões, preparação da conta e apuramento do saldo final do exercício, tendo em conta os fins de natureza política e administrativa prosseguidos, não havendo preocupações do lucro mas sim do interesse público.

A principal função da contabilidade pública é garantir o controlo da legalidade, não consistindo apenas no registo dos factos patrimoniais à medida que eles ocorrem, mas também na expressão do conjunto de regras e princípios jurídicos que fundamentam toda a gestão económico-financeira dos organismos públicos.

Com aplicação do POCAL, procurou-se aproximar a contabilidade pública/autárquica das directrizes próprias da contabilidade empresarial, por forma a promover a obtenção de informações indispensáveis à gestão da entidade, nomeadamente da sua situação patrimonial, dos resultados obtidos e à formulação de políticas de planeamento e controlo das suas diversificadas actividades.

No cumprimento do calendário estabelecido legalmente, o Município de Sabrosa aprovou o Sistema de Controlo Interno (SCI), em 08 de Janeiro de 2013, tendo a sua 1ª alteração em 22 de Maio de 2014.

O novo sistema contabilístico aplicado nas autarquias locais e preconizado pelo POCAL incorpora, de forma integrada, três grandes subsistemas: Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos. Desde sempre este Município adoptou, em regime de exclusividade, o sistema contabilístico preconizado pelo POCAL.

A contabilidade deste município é processada informaticamente através de um sistema de informação integrado que permite que a informação de diferentes aplicações informáticas seja recolhida pela aplicação "POCAL".

Com a implementação do POCAL, pretendeu esta autarquia local, implementar um sistema integrado de gestão operacional e de tratamento de informação económico-financeira, assente, fundamentalmente, na interligação de todas as aplicações informáticas de cariz administrativo, que permitisse uma melhoria significativa dos procedimentos (circulação documental) bem como, do controlo operacional dos procedimentos.

O sistema informático, assenta principalmente na partilha por todas as aplicações, de um conjunto de bases de dados informativas sobre, principalmente, os contribuintes e fornecedores.

Este sistema permite ainda a contabilização automática em todas as fases de um processo de despesa e/ou de receita, nos respectivos subsistemas da económica e patrimonial.

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionadas, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

Não aplicável.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

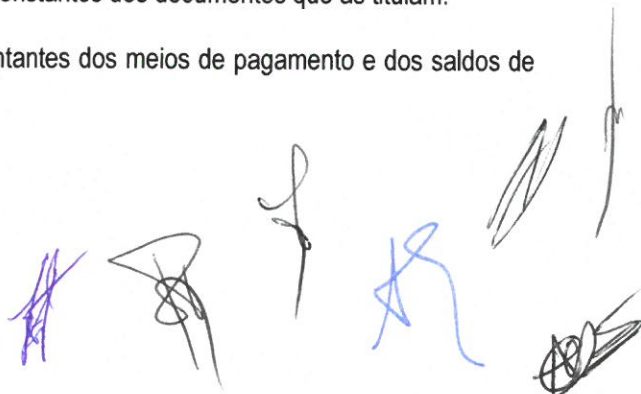
Para efeitos de imobilizado corpóreo e bens de domínio público o registo é feito ao custo de aquisição ou produção, incluindo IVA suportado e que não é dedutível.

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através do MEP.

As existências possuem um critério de valorimetria associado – Custo médio.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As disponibilidades de caixa e de depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas bancárias e de caixa.



As amortizações são calculadas em função do seu período de vida útil, e é utilizado o método das quotas constantes.

Relativamente à provisão para riscos e encargos, foram criadas/reforçadas as provisões relativas a processos judiciais em curso.

8.2.4 Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

8.2.5 Situações em que o Resultado do Exercício foi afectado.

A gestão do imobilizado relativo a bens móveis, imóveis e veículos do município baseia-se nas normas de inventário e cadastro do município.

No entanto, esta regra não se aplicará, apesar de por norma se poder amortizar totalmente, no ano de aquisição ou produção, os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, em 2008 e próximos anos.

Assim, ainda que determinados bens tenham um valor diminuto, utilizar-se-á todo o seu período de vida útil e respetivas taxas de amortização constantes do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

8.2.6 Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

Nada de relevante.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões, de acordo com os quadros seguintes.

- Imobilizado Bruto – Ver mapa em anexo
- Amortizações – Ver mapa em anexo



Os mapas do Ativo Bruto e o Mapa de Amortizações não se encontram concordantes com a contabilidade, pois com a passagem do Património para as Aguas do Interior Norte (ADiN) procedemos ao abate do mesmo na contabilidade, mas na plataforma do património ainda não, pois a mesma já se encontrava encerrada, iremos atualizar a situação no ano de 2020.

O resultado líquido positivo encontra-se influenciado pela mais-valia obtida no valor de cerca de 3.149.504€, resultante da realização do capital subscrito na empresa participada.

MAPA		Balanço	Ativo Bruto / Amortizações	Diferença
Ativo Bruto	Investimentos Financeiros	3 976 135,85 €	369 908,00 €	- 3 606 227,85 €
	Imobilizações Corporeas	25 076 959,50 €	25 076 959,50 €	- €
	Imobilizações Incorporeas	1 367 610,71 €	1 367 610,71 €	- €
	Imobilizado em Curso	977 068,54 €	977 068,54 €	- €
	Bens do Dominio Público	58 391 240,11 €	60 309 195,92 €	1 917 955,81 €
	TOTAL	89 789 014,71 €	88 100 742,67 €	- 1 688 272,04 €
Amortizações	Investimentos Financeiros	- €		- €
	Imobilizações Corporeas	8 387 254,37 €	8 387 254,37 €	- €
	Imobilizações Incorporeas	1 232 941,56 €	1 232 941,56 €	- €
	Imobilizado em Curso	- €		- €
	Bens do Dominio Público	46 227 935,78 €	47 894 869,51 €	1 666 933,73 €
	TOTAL	55 848 131,71 €	57 515 065,44 €	1 666 933,73 €

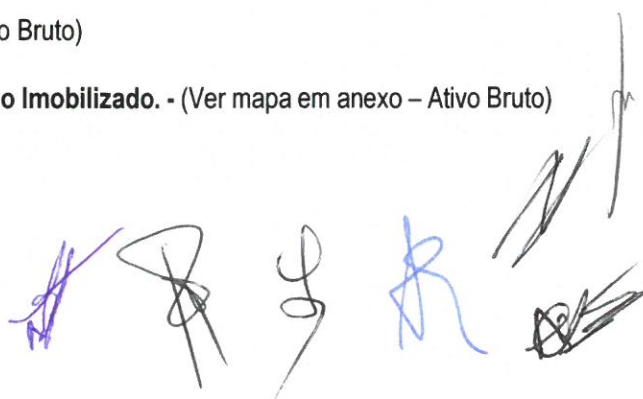
No Ativo Bruto o aumento dos Investimentos Financeiros no Balanço deve-se à entrada no capital da ADiN, mais a atualização do MEP.

Nas amortizações a diminuição dos Bens do Dominio Público no Balanço deve-se aos abates que foram feitos.


8.2.8 Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações: Descrição do Ativo Imobilizado:

Esta descrição assim como as respetivas amortizações, com as rubricas desagregadas e restante informação é efetuada no Mapa de Amortizações, previstos no CIBE.

- **Alienações, Transferências e Abates de elementos do Activo Imobilizado, no exercício, devidamente justificados.** - (Ver mapa em anexo – Ativo Bruto)
- **Valores Líquidos dos elementos do Activo Imobilizado.** - (Ver mapa em anexo – Ativo Bruto)



Redução do valor das prestações da Subscrição de Capital ao FAM (Fundo de Apoio Municipal)

À DAEP/Ao Conselho
07/02/2018 do chefe de
Divisão
o Presidente,


FAM

EXMO(A). SR(A). PRESIDENTE DO MUNICÍPIO
SABROSA

R. DO LORETO
5060-328 SABROSA

S/ Referência S/ Comunicação N/ Referência Ofício Circular n.º Data
3/FAM/2018 07/02/2018

Assunto: Subscrição de Capital (art.º 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

Exmos Senhores,

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de €417.857.175,00.

Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25 %, 50 %, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

Como tal, torna-se necessário promover o acerto dos registos contabilísticos entre as partes envolvidas, pelo que serve a presente informação para dar conhecimento da contabilização a efetuar por esse Município conforme quadro seguinte:

MUNICÍPIO DE SABROSA

€ (valores a 07/02/2018)

Dívida vencida a 31/12/2017	Dívida vencida a 31/12/2018	Dívida vencida a 31/12/2019	Dívida vencida a 31/12/2020	Dívida vencida a 31/12/2021	Saldo
0,00	41.911,50	27.941,00	13.970,50	0,00	83.823,00

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não se verificou.

8.2.11 Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.



Não aplicável, uma vez que não se verificou o ponto anterior.

8.2.12 Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

- **Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.**

Designação	Entidade	Deliberação	Valor
Escola Primária de Paredes	Junta de Freguesia de S. Lourenço de Ribapinhão	22/06/2018	10 496,90 €
Escola Primária de Roalde	A. Termos de Roalde - Stª Maria Madalena	25/08/2009 - 23/10/2007	9 496,94 €
Escola Primária de S. Cristovão	Assoc. Social Cultural e Desportiva de S. Cristovão	13/07/2010	24 347,50 €
Escola Primária de Celeirós	Arround Hostels - Hotelaria	10/05/2017	24 640,48 €
Escola Primária de Provesende	Tasca Típica - Lapa & Gomes, Lda	10/05/2017	89 646,78 €
Ex-Edifício da GNR	Junta de Freguesia de Sabrosa	23/03/1998	260 034,23 €
	Bar da Bola	30/10/2013	
Ex-Externato Fernão Magalhães	Assoc. Douro Histórico	09/04/2014	254 239,23 €
Edifício Antigo Matadouro	António Vilela Fonseca Pinto	25/08/2009	2 793,19 €
Casa da Escola - Ex Escola Primária	GNR	1980	152 747,95 €
Edifício Fonte Luminosa	Method Hillarios	28/04/2017	6 456,19 €
Restaurante das Piscinas Municipais	Sergio Fernando Lopes Carvas	31/01/2014	199 313,05 €
TOTAL			1 034 212,44 €

- **Imobilizações implantadas em propriedade alheia.**

Não aplicável.

- **Imobilizações reversíveis.**

Não aplicável.

- **Bens Imóveis já inventariados, mas ainda não registados na Conservatória do Registo Predial**

Vamos proceder ao seu levantamento e posteriormente ao seu registo.

8.2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Inexistente.

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Ver anexo – Mapa Inventário – Bens com valor Nulo



8.2.15 Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e identificação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não amortizáveis correspondem aos terrenos destinados a equipamento público e as zonas verdes ou de lazer e monumentos.

Ver anexo

Estes terrenos estão classificados como equipamentos públicos, zonas verdes ou de lazer e/ou monumentos.

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

- Foi feito o MEP às Aguas do Norte com base nas demonstrações financeiras.
- Na ADIN não foi feito o MEP pois não tinham documentos à data.
- Na Dourogás e Sonorgás não se fez o MEP, pois o valor é irrelevante.

Ver mapa anexo de Entidades Societárias e Não Societárias.

Ver mapa do Método de Equivalência Patrimonial (MEP)

8.2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos negociáveis" e "Outras Aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

O Município de Sabrosa não dispõe de investimentos em Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

8.2.18 Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras", com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de Balanço.

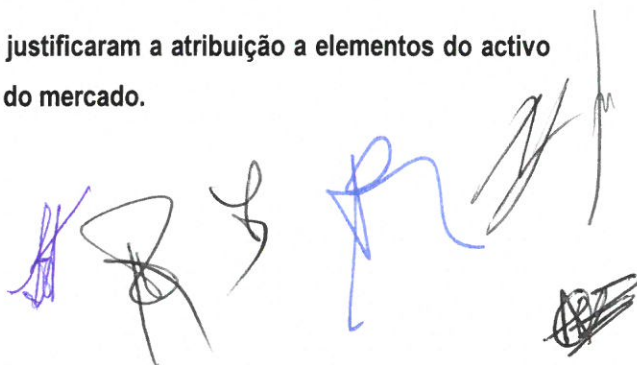
O Município de Sabrosa não dispõe de Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Activo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a referir.



8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não Aplicável.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

As dívidas de cobrança duvidosa, inscritas no Balanço, encontram-se registadas na rubrica 218-Clientes, contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa, no valor bruto de €52.289,49.

8.2.23 Valor global das dívidas Activas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não existem dívidas ativas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos", em situação de mora.

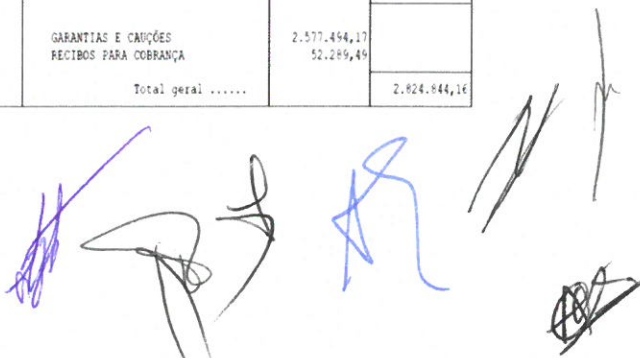
Não existem dívidas em mora incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos.

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE: CMS Câmara Municipal de Sabrosa Período: 2019/01/02 a 2019/12/31 ANO 2019
PAG. 1

Código	Descrição		Valores	Código	Descrição		Valores
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.544.034,70		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		19.294,09
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRANÇA	2.493.527,78 50.506,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		118.376,37
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		221.636,95		RECEITA VIRTUAL COBRADA		48.515,30
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA		59.172,61		RECEITA VIRTUAL ANULADA		8.874,74
					SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.629.783,66
					GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRANÇA	2.577.494,17 52.289,49	
	Total geral		2.824.844,16		Total geral		2.824.844,16



8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PÁGINA
CMS		Período : 2019/01/02 a 2019/12/31		2020/05/26	2019	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDORES
29		PROVISÕES		533.126,54		607.867,61
29.1		Para cobranças duvidosas		49.727,02		49.199,05
29.2		Para riscos e encargos		484.399,52		558.768,56
29.2.1		Processos judiciais em curso		484.399,52		558.768,56
TOTAL ...				533.126,54		607.867,61

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para riscos e encargos, justificado pelo incremento do valor das provisões associadas aos processos judiciais em curso, e, para os quais, se entendeu ser necessário reforçar o montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

Ver Tabela – Processos Judiciais

Ordem	Processos	Valor
1	Processo 27/11.7 BEMDL	288 521,33 €
2	Processo 215/11.6 BEMDL	136 130,33 €
3	Processo 96/13.5 BEMDL	39 676,32 €
4	Processo Contra Ordenação 21010/2013	2 500,00 €
5	Processo Contra Ordenação/ Auto da GNR	600,00 €
6	Processo Contra Ordenação/ Auto da GNR	99,76 €
7	Processo Contra-Ordenação 21627/2014	1 250,00 €
8	Processo 281/14.2BEMDL	14 070,54 €
9	Processo 493/14.9BEMDL	21 183,31 €
10	Processo 73/16.4T8CHV	5 735,49 €
11	Processo 203/16.6BEMDL	5 305,88 €
12	Processo 200/17.4BEMDL	44 696,60 €
	TOTAL	559 769,56 €
		2018
	29.2.1	484 399,52 €
	Para Constituir Provisão em 2019	75 370,04 €



Documento	Percentagem	Valor
DRC	100%	23 831,82 €
DRC	50%	4 091,45 €
DRI	100%	20 274,78 €
DRI	50%	- €
	TOTAL	48 198,05 €
		2018
	29.1	48 727,02 €
	Para Constituir Provisão em 2019	- 528,97 €

8.2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 “Fundo Patrimonial”, constantes do balanço.

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios: Património	38.182.379,65	38.182.379,65
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	66.949,67	66.949,67
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	159.945,37	159.945,37
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-18.358.340,21	-17.310.272,48
88	Resultado líquido em exercício	3.074.282,01	-1.217.850,93
		23.125.216,49	19.881.151,28



Extrato da conta 59:

CONTA
59 - RESULTADOS TRANSITADOS

DATA	DIÁRIO	LANÇAMENTO	DETALHE	DOCUMENTO			MOVIMENTO	OBSERVAÇÕES	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
				Tipo	N.º Doc.	N.º Linha.					
ACUMULADOS ANTERIORES								17 310 272,48 €		17 310 272,48 €	
15/04/2019	NLC	195		NTL	704			RESULTADOS TRANSITADOS CG18	1 217 850,93 €	- €	18 528 123,41 €
26/12/2019	PDR	1		OPG	3502	0		REGULARIZAÇÃO SÓ NO POCAL DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS DOS TPA'S ESPAÇO MIGUEL TORGA E SABROSA 40041297316 email 02/12/2019	264,24 €		18 528 387,65 €
31/12/2019	NLC	380		NTL	3179	0		MEP Participações de 2019 e anos anteriores		170 047,44 €	18 358 340,21 €
TOTAL--								18 528 387,65 €	170 047,44 €	18 358 340,21 €	

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS									
	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.1	10 149,91	=	-	+	10 149,91	+	-	-	-
32.4	268 631,43	=	-	+	268 631,43	+	-	-	-
36.1	22 000,51	=	2 922,31	+	21 880,00	+	- 2,53	-	2 799,27
36.2	32 202,96	=	35 600,09	+	33 609,10	+	- 10 447,98	-	26 558,25
36.3.9	22 950,66	=	17 081,20	+	28 831,35	+	8 401,14	-	31 363,03
36.5	13 649,33	=	4 297,30	+	15 710,78	+	500,09	-	6 858,84
TOTAL 61.2	278 781,34		0,00		278 781,34		0,00		0,00
TOTAL 61.6	90 803,46		59 900,90		100 031,23		-1 549,28		67 579,39

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS-CONSUMIDAS		
(em €)		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	59 900,90
Compras	278 781,34	100 031,23
Regularização de existências	0,00	-1 549,28
Existências finais	0,00	67 579,39
Custos no exercício	278 781,34	90 803,46



8.2.30 Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 Demonstração de resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2019

ENTIDADE CMS - Município de Sabrosa - Camara Municipal Janeiro - Rectificação Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	15.783,39	11.557,56	781 - JUROS OBTIDOS	184,64	
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	5.729,41	
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	26,67		787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	-6.792,68	-11.007,85	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	3.103,33	549,71
Total	9.017,38	549,71	Total	9.017,38	549,71

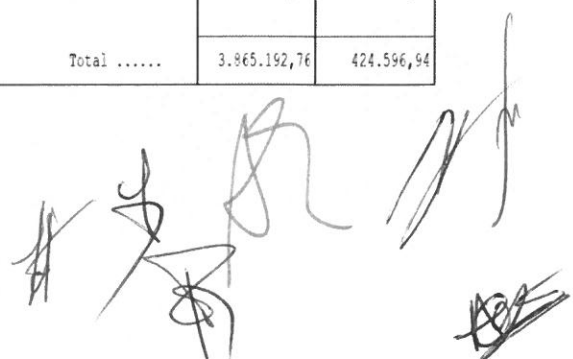
8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

ANO 2019

ENTIDADE CMS - Município de Sabrosa - Camara Municipal Janeiro - Rectificação Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÉRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	106.460,00	59.824,00	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	10.450,51	12.940,33	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	17.764,10	11.402,29
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	18.258,36		794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	3.240.000,84	8.000,00
695 - MULTAS E PENALIDADES	321,37	733,75	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	3.911,67	7.839,41
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES		6.462,03	796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	528,97	
697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	57.932,62	5.805,59	797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	23.436,69	58.045,78
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	104.747,83	3.111,20	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	579.550,49	339.309,46
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	3.567.022,07	335.720,04	Total	3.865.192,76	424.596,94
Total	3.865.192,76	424.596,94			



8.2.33 Informação Relevante

- O Município de Sabrosa, no exercício de 2020 começou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, tendo o Município tomado todas as diligências necessárias com vista à sua adequada implementação.
- A regularização dos subsídios ao investimento associados à aquisição da participação das Águas do Interior Norte (ADiN) e ao tratamento do IVA, não foi feito em 2019, pois a plataforma do Património já se encontrava encerrada, pelo que será feito em 2020.
- As faturas em receção e conferência do ano corrente, foram registadas em 2020, pelo facto de apenas nessa data termos recebidos as mesmas, sendo os custos reconhecidos para 2019.
- A contabilidade de custos foi implementada, estando em constante evolução.
- Os trabalhos para a própria entidade não foram reconhecidos pelo facto de não possuímos informação organizada para aferir os mesmos. Em 2020 já implementamos a aplicação OBM (Obras Municipais), que permitirá aferir os custos.
- Para além da situação atual que se vive no mundo e em Portugal – relacionada com a pandemia suscitada pelo COVID 19, cujas consequências ao nível da saúde pública, ao nível social, ao nível económico, etc, ainda se desconhecem, mas que poderão vir a ter efeitos nefastos em todos os setores da economia, nomeadamente no setor público, mas que à presente data não é, de todo, possível prever nem, tão pouco, quantificar pelo que não existem eventos subsequentes ocorridos entre a data de fecho e a presente data que mereçam ser relatados.

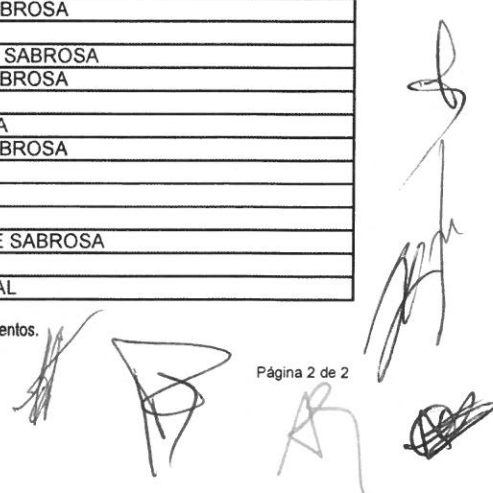


Bens de domínio público não amortizáveis correspondem aos terrenos destinados a equipamento público e as zonas verdes ou de lazer e monumentos.

Nr. Inv.	Descrição
5441	TERRENO - LARGO DE COVAS DO DOURO
5640	TERRENO CARVALINHOS DESTINADO A IMPLEMENTACAO DE CURRAIS EM ABRECOVO
5641	TERRENO DEVEZAS DESTINADO A IMPLEMENTACAO DE CURRAIS EM ABRECOVO
100065	TERRENO-EDIFICIO DA JUNTA DE FREGUESIA (EX EDIFICIO DA GNR)
100073	TERRENO-EX-ESCOLA PREPARATORIA DE SABROSA
100077	TERRENO-EDIFICIO DO ANTIGO MATADOURO / EDIFICIO DA MADALENA
100079	TERRENO-EDIFICIO DOS PACOS DO CONCELHO
100088	TERRENO-MERCADO MUNICIPAL
400210	TERRENO - QUINTA DAS ALMEIDAS
100086	TERRENO-ARMAZENS MUNICIPAIS
6814	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC A
6815	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC B
6816	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC C
6817	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC D
6818	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC E
6819	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 1 - FRAC F
6820	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC A
6821	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC B
6822	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC C
6823	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC D
6824	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC E
6825	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 2 - FRAC F
6826	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC A
6827	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC B
6828	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC C
6829	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC D
6830	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC E
6831	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 3 - FRAC F
6832	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC A
6833	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC B
6834	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC C
6835	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC D
6836	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC E
6837	TERRENO HAB SOCIAL S. MARTINHO LOTE 4 - FRAC F
6874	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC A
6875	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC B
6876	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC C
6877	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC D
6878	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC E
6879	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 1 - FRAC F
6880	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC A
6881	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC B
6882	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC C
6883	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC D
6884	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC E
6885	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 2 - FRAC F
6886	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC A
6887	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC B
6888	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC C
6889	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC D
6890	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC E
6891	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 3 - FRAC F
6892	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC A
6893	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC B
6894	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC C
6895	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC D
6896	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC E
6897	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 4 - FRAC F
6898	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC A
6899	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC B
6900	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC C
6901	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC D
6902	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC E
6903	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 5 - FRAC F
6904	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 6 - FRAC A
6905	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 6 - FRAC B
6906	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 6 - FRAC C
6907	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 6 - FRAC D
6908	TERRENO HAB SOCIAL SABROSA LOTE 6 - FRAC E
100002	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PAREDES
100004	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE S. MARTINHO DE ANTA

Nr. Inv.	Descrição
100006	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE GARGANTA
100008	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE ROALDE
100010	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE SOUTO MAIOR (NOVA)
100012	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE TORRE DO PINHAO
100014	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PINHAO CEL
100018	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE FERMENTOES
100020	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE SOBRADOS
100022	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE VILELA
100024	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PARADA DO PINHAO
100026	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PROVESENDE
100028	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE SABROSA
100030	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE S. CRISTOVAO DO DOURO
100032	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE S. LOURENCO
100034	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE CELEIROS DO DOURO
100036	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE CHANCELEIROS
100038	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE DONELO
100040	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE GOUVAES DO DOURO
100042	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE GOUVINHAS
100044	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE ORDONHO
100046	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PACOS
100048	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE COVAS DO DOURO
100050	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE PARADELA DE GUIAES
100052	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE FEITAIS
100054	TERRENO-ESCOLA PRIMARIA DE SOUTO MAIOR (ANTIGA)
100055	TERRENO DA ESCOLA PRE-PRIMARIA DE DONELO
100058	TERRENO-ESCOLA PRE-PRIMARIA DE S. LOURENCO
100060	TERRENO-ESCOLA PRE-PRIMARIA DE S. MARTINHO DE ANTA
100067	TERRENO-RESTAURANTE E PISCINAS MUNICIPAIS
100069	TERRENO-CASA DA CULTURA - AUDITORIO E BIBLIOTECA
100071	TERRENO-EDIFICIO DA GNR
100074	TERRENO EM COVAS DO DOURO - GATEIRA
100080	TERRENO PARA CAPTACAO DE AGUA - PACOS
100081	TERRENO PARA CAPTACAO DE AGUA - LUGAR DE VALONGO - GOUVAES
100083	TERRENO-FEIRA (ESPAÇO TORGA)
100089	TERRENO EM GOUVINHAS
100090	TERRENO NA LEVANDEIRA VILARINHO S. ROMAO
100091	TERRENO FONTE DA CABRA (ATERRO SANITARIO) - VILARINHO S. ROMAO
100092	TERRENO NO POUADO
400923	PARCELAS TERRENO DA OBRA ARRANJO URBANISTICO DA ENTRADA A POENTE
400928	TERRENO PARA RESERVATORIO NA FREGUESIA DE S. LOURENCO E VILARINHO DE PARADA
400929	PARCELAS TERRENO DA OBRA ARRANJO URBANISTICO DA ENTRADA A POENTE
400934	TERRENO EM SOBRADOS DESTINADO FOSSA DE SOBRADOS
400938	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DO CEMITERIO DE CELEIROS
401225	TERRENO "RIBEIRO OU RIBEIRO DO DONELO" DESTINADO ETAR DE DONELO
401839	JARDIM JOAO PAULO II (LAZER)
402424	JARDIM NA MATA DA SOALHEIRA EM SABROSA
402768	TERRENO PARA ETAR DE GOUVINHAS
402810	TERRENO PARA CONSTRUCAO PARQUE ESTACIONAMENTO EM PROVESENDE
403066	TERRENO DESTINADO CONTRUCAO CENTRO ESCOLAR
403067	TERRRENO ETAR DE PARADELINHA
403111	PARQUE / JARDIM - QUINTA DAS ALMEIDAS/PARQUE DA VILA (BB KING)
403249	JARDIM / PARQUE PISCINA MUNICIPAL COBERTA (BB KING)
403414	TERRENO DSTINADO ALARGAMENTO EST 323 SABROSA/BALSA
403421	VARIANTE POENTE SABROSA - JARDIM
404023	TERRENO ESPAÇO MIGUEL TORGA
405273	JARDIM - ESPAÇOS VERDES AUDITORIO
405274	TERRENO DESTINADO AO ALAG VARIANTE DE PARADA DO PINHÃO
405279	ESPAÇOS VERDES - JARDIM DA ZONA INDUSTRIAL DE SABROSA
405487	TERRENO PARA ALARGAMENTO DA RUA DA BORRALHEDA
406010	JARDINS NO LOTEAMENTO Nº1 INFRAESTRUTURAS RUA DAS FLORES EM SABROSA
406601	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA DA FONTELA EM SABROSA
406602	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA DA FONTELA EM SABROSA
406603	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA DA FONTELA EM SABROSA
406730	RUA DA FONTELA SABROSA ALARGAMENTO - ESCRITURA
406890	JARDIM - REGENERAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CENTRO HISTORICO DE SABROSA
406999	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA DA FONTELA EM SABROSA
407436	TERRENO PARA ACESSO AO CENTRO ESCOLAR
408523	TERRENO DESTINADO A AMPLIÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE SABROSA
408549	TERRENO DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA DA FONTELA EM SABROSA
5936	JARDIM / ARRANJO URBANISTICO A POENTE DE SABROSA - JARDIM
7109	TERRENO DESTINADO A IMPLEMENTACAO DA ETAR EM S. LOURENCO
7119	TERRENO PARA RESERVATORIO DE AGUA - PARADELA
408826	TERRENO PARCELA DESTINADO A AMPLIÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE SABROSA
408961	TERRENO URBANO COM MOINHO EM SOUTO MAIOR
409002	PARCELA DE TERRENO DESTINADO A AMPLIÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL

Estes terrenos estão classificados como equipamentos públicos, zonas verdes ou de lazer e/ou monumentos.



Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

ENTIDADES SOCIETÁRIAS										
MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE										
PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS										
Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício			Forma de Realização do Capital		Obs:
Denominação	N.I.P.C.				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Águas Interior Norte	515 684 473	Sociedade Anónima	36001	31 647 550,00 €	3 430 451,00 €	10,84%	3 430 451,00 €	29 925,00 €	3 400 526,00 €	
Águas do Norte	513 606 084	Sociedade Anónima	36001	27 812 177,00 €	115 288,00 €	0,08%	115 288,00 €	115 288,00 €	0,00 €	
Dourogás	508 195 128	Sociedade Anónima	47783	1 000 000,00 €	1 565,00 €	0,16%	1 565,00 €	1 565,00 €	0,00 €	
Sonorgás	503 264 113	Sociedade Anónima	35210	3 000 000,00 €	1 560,00 €	0,05%	1 560,00 €	1 565,00 €	0,00 €	

ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS									
MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE									
PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS									
Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs:	
Denominação	N.I.P.C.				Em N	Forma de Realização			
		Meios Monetários	Em Espécie						
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Associação do Douro Histórico	502 577 916	Sem Fins Lucrativos	94955	N/A	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00 €	Quota Anual	
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	502 459 417	AM	91333	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Fundação Museu do Douro	507 693 671	Sem Fins Lucrativos	91020	1 042 034,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	AM	94110	1 493 710,00 €	4 359,24 €	4 359,24 €	0,00 €	Quota Anual	
CIM DOURO	508 779 200	AM	84130	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435		84123	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	AM	91333	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Sabrosa Douro XXI	507 850 297			N/A	450,00 €	450,00 €	0,00 €	Quota Anual	
Associação de Desenvolvimento das Aldeias Vinhateiras do Douro	510 526 390		91333	N/A	500,00 €	500,00 €	0,00 €	Quota Anual	
Rede Mundial de Cidades Magalhânicas	G-90212606	AM	91333	N/A	3 000,00 €	3 000,00 €	0,00 €	Quota Anual	
Douro Generation	513 115 234	AM	91333	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €		

N/A - Não aplicável.



ENTIDADE

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

CMS

Ano Contabilístico : 2019 Período: Janeiro a Dezembro

Data : 2020/05/29

Pagina : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	55.492.512,20	2.059.939,80	37.386,56	57.515.065,44
48.1 De investimentos em imóveis				
48.1.1 Terrenos e recursos naturais				
48.1.2 Edifícios e outras construções				
48.1.2.1 Edifícios				
48.1.2.2 Outras construções				
48.2 De imobilizações corporeas	7.827.839,91	596.801,02	37.386,56	8.387.254,37
48.2.1 Terrenos e recursos naturais				
48.2.2 Edifícios e outras construções	4.995.994,30	371.246,66	28.140,30	5.339.100,66
48.2.2.1 Edifícios	648.950,91	55.570,42	4.949,91	699.571,42
48.2.2.2 Outras construções	3.375.031,97	210.116,78	23.190,39	3.561.958,36
48.2.2.3 Instalação de Serviços	336.064,13	41.099,71		377.163,84
48.2.2.9 Outras	635.947,29	64.459,75		700.407,04
48.2.3 Equipamento básico	778.201,60	41.290,69	2.448,58	817.043,71
48.2.3.0 Equipamento básico				
48.2.3.1 Software	43.876,61			43.876,61
48.2.3.9 Outros	734.324,99	41.290,69	2.448,58	773.167,10
48.2.4 Equipamento de transporte	658.620,85	68.930,52		727.551,37
48.2.5 Ferramentas e utensílios	69.652,75	3.042,21		72.694,96
48.2.6 Equipamento administrativo	763.833,12	69.957,16	6.388,53	827.401,75
48.2.6.0 Equipamento administrativo				
48.2.6.1 Software	288.369,78	32.267,81		320.637,59
48.2.6.2 Outros				
48.2.6.9 Outros	475.463,34	37.689,35	6.388,53	506.764,16
48.2.7 Taras e vasilhame				
48.2.8 Equipamento Informatico				
48.2.8.1 Hardware				
48.2.8.2 Software				
48.2.9 Outras imobilizações corporeas	561.537,29	42.333,78	409,15	603.461,92
48.3 DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	1.104.715,99	128.225,57		1.232.941,56
48.3.1 Despesas de instalação	19.210,00			19.210,00
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.080.190,29	121.670,73		1.201.861,02
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos	5.315,70	6.554,84		11.870,54
48.5 De bens de domínio publico	46.559.956,30	1.334.913,21		47.894.869,51
48.5.1 Terrenos e recursos naturais				
48.5.2 Edifícios				
48.5.3 Outras construções e infraestruturas				
48.5.4 Infraestruturas e equipamentos natureza militar				
48.5.5 Bens de património historico, artistico e cultural				
48.5.9 Outros bens de domínio publico	46.559.956,30	1.334.913,21		47.894.869,51
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
49.1 Partes de capital				
49.2 Obrigações e títulos de participação				
49.3 ...				
49.5 Outras aplicações financeiras				
A transportar				
Total	55.492.512,20	2.059.939,80	37.386,56	57.515.065,44

ENTIDADE

ACTIVO BRUTO

Data : 2020/05/29

CMS

Ano Contabilístico : 2019 Período: Janeiro a Dezembro

Página : 1

Pubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	369.908,00					369.908,00
41.1 Partes de capital	118.413,00					118.413,00
41.1.1 Associações de municípios						
41.1.1.1 ANMP - Assoc. Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.1.2 XXXXXX						
41.1.2 Empresas municipais e intermunicipais						
41.1.2.1 E.H.A.T.B., S.A.						
41.1.2.2 R.E.S.A.T., S.A.						
41.1.2.3 Parques da EDP, S.A.						
41.1.2.4 Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. (AIN)			29.925,00			29.925,00
41.1.2.4.1 Subscrição de Capital						
41.1.2.4.2 Premio de emissão						
41.1.2.4.3 Prestações Suplementares						
41.1.3 Empresas privadas ou cooperativas	118.413,00					118.413,00
41.1.3.1 Águas do Norte, SA	115.288,00					115.288,00
41.1.3.2 Dourogás	1.565,00					1.565,00
41.1.3.3 Sonorgás	1.560,00					1.560,00
41.1.4 Empresas do sector empresarial do Estado						
41.1.4.1 POLIS						
41.1.4.9 Outras						
41.1.9 Outras						
41.2 Obrigações e títulos de participação	251.495,00					251.495,00
41.2.1 Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2 FAM - Fundo de apoio Municipal	251.495,00					251.495,00
41.4 Investimentos em imóveis						
41.4.1 Terrenos e recursos naturais						
41.4.2 Edifícios e outras construções						
41.4.2.1 Edifícios						
41.4.2.2 Outras construções						
41.5 Outras aplicações financeiras						
41.5.1 Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2 Títulos de dívida pública						
41.5.3 Outros títulos						
42 IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS	24.621.027,05		554.513,32	85.680,89	12.899,98	25.076.959,50
42.1 Terrenos e recursos naturais	3.107.666,42		130.491,70	14.963,75		3.223.194,37
42.2 Edifícios e outras construções	17.838.101,15		178.480,34	70.717,14		17.945.864,35
42.2.1 Edifícios	15.406.783,86		82.738,58	70.717,14		15.418.805,30
42.2.1.01 Habitação	1.493.830,09			25.825,89		1.468.004,20
42.2.1.02 Instalações de Serviços	5.473.721,75		37.693,85			5.511.415,60
42.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	818.425,29		12.172,08			830.597,37
42.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.031.513,00					1.031.513,00
42.2.1.05 Creches						
42.2.1.06 Escolas	2.694.064,59					2.694.064,59
42.2.1.07 Lares de terceira idade						
42.2.1.08 Outros	3.895.229,14		32.872,65	44.891,25		3.883.210,54
42.2.1.09 Hardware Informatico						
42.2.1.10 Software Informatico						
42.2.2 Outras construções	2.431.317,29		95.741,76			2.527.059,05
42.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares						
42.2.2.02 Esgotos						
A transportar	18.884.358,28		213.230,28	85.680,89		19.011.907,67
Total	18.884.358,28		213.230,28	85.680,89		19.011.907,67

Município de Sabrosa

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	18.884.358,28		213.230,28	85.680,89		19.011.907,67
42.2.2.03 Iluminação pública	328.044,82		20.609,14			348.653,96
42.2.2.04 Parques e jardins	17.299,20					17.299,20
42.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	620.500,24					620.500,24
42.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água						
42.2.2.07 Viação rural						
42.2.2.08 Sinalização e trânsito	102.329,78		47.433,23			149.763,01
42.2.2.09 Infra-estruturas para distr. de energia eléctrica	1.096.876,64					1.096.876,64
42.2.2.10 Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos						
42.2.2.11 Cemitérios						
42.2.2.12 Outras	266.266,61		27.699,39			293.966,00
42.3 Equipamento básico	956.872,21		48.773,54		5.395,53	1.000.250,22
42.3.0 Equipamento básico						
42.3.1 Software	43.876,61					43.876,61
42.3.9 Outros	912.995,60		48.773,54		5.395,53	956.373,61
42.4 Equipamento de transporte	948.018,04		16.974,00			964.992,04
42.5 Ferramentas e utensílios	77.927,47		3.021,51			80.948,98
42.6 Equipamento administrativo	908.900,88		78.792,61		6.588,10	981.105,39
42.6.0 Equipamento administrativo						
42.6.1 Software	343.743,71		2.737,35			346.481,06
42.6.9 Outros	565.157,17		76.055,26		6.588,10	634.624,33
42.7 Taras e vasilhame						
42.9 Outras imobilizações corpóreas	783.540,88		97.979,62		916,35	880.604,15
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	1.308.516,84		59.093,87			1.367.610,71
43.1 Despesas de instalação	19.210,00					19.210,00
43.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.273.206,36		53.664,90			1.326.871,26
43.3 Propriedade industrial e outros direitos	16.100,48		5.428,97			21.529,45
43.9 Outras						
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	932.912,88		1.749.327,75		1.705.172,09	977.068,54
44.1 Imobilizações em curso de investimentos financeiro						
44.1.1 Partes de capital						
44.1.2 Obrigações e títulos de participação						
44.1.4 Investimentos em imóveis						
44.1.5 Outras aplicações financeiras						
44.2 Imobil. em curso de imobilizações corpóreas			152.941,70		73.913,92	79.027,78
44.2.1 Terrenos e recursos naturais - NÃO UTILIZAR						
44.2.2 Edifícios e outras construções			112.400,90		33.373,12	79.027,78
44.2.2.1 Edifícios			108.496,12		31.788,97	76.707,15
44.2.2.1.01 Habitação						
44.2.2.1.02 Instalações de serviços						
44.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas			76.707,15			76.707,15
44.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscal.sanitária						
44.2.2.1.05 Creches						
44.2.2.1.06 Escolas						
44.2.2.1.07 Lares de terceira idade						
44.2.2.1.08 Outros edifícios			31.788,97		31.788,97	
44.2.2.2 Outras construções			3.904,78		1.584,15	2.320,63
44.2.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares						
44.2.2.2.02 Esgotos						
44.2.2.2.03 Iluminação pública			3.904,78		1.584,15	2.320,63
44.2.2.2.04 Parques e jardins						
44.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas						
44.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água						
44.2.2.2.07 Viação rural						
44.2.2.2.08 Sinalização e trânsito						
44.2.2.2.09 Infraestruturas p/distrib. de energia eléctrica						
A transportar	26.299.451,89		726.008,09	85.680,89	46.273,10	26.893.505,99
Total	26.299.451,89		726.008,09	85.680,89	46.273,10	26.893.505,99

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	26.299.451,89		726.008,09	85.680,89	46.273,10	26.893.505,99
44.2.2.2.10 Infraestruturas p/tratam.de residuos sólidos						
44.2.2.2.11 Cemitérios						
44.2.2.2.12 Outras						
44.2.3 Equipamento básico						
44.2.4 Equipamento de transporte						
44.2.5 Ferramentas e utensilios						
44.2.6 Equipamento administrativo						
44.2.7 Taras e vasilhame						
44.2.9 Outras imobilizações corpóreas			40.540,80		40.540,80	
44.3 Imobilizações em curso de imobilizações incorpores	16.272,90		60.446,51			76.719,41
44.3.1 Despesas de instalação						
44.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimentos	16.272,90		60.446,51			76.719,41
44.3.3 Propriedade industrial e outros direitos						
44.3.4 Aquisição de serviços						
44.5 Imobilizações em curso de bens de dominio publico	916.639,98		1.535.939,54		1.631.258,17	821.321,35
44.5.1 Terrenos e recursos naturais						
44.5.2 Edifícios						
44.5.3 Outras construções e infra-estruturas						
44.5.3.1 Instalações desportivas e recreativas						
44.5.3.2 Creches						
44.5.3.3 Escolas						
44.5.3.9 Outros						
44.5.4 Bens do património histórico, artistico e cultural						
44.5.5 Outros bens de domínio público	916.639,98		1.535.939,54		1.631.258,17	821.321,35
44.5.5.0 CONSTRUÇÕES DIVERSAS- IMO. CURSO - B. DOM. PÚBLICO	896.833,36		1.509.473,44		1.584.985,45	821.321,35
44.5.5.0.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	577.331,14		1.269.303,18		1.037.072,17	809.562,15
44.5.5.0.02 Esgotos e Aguas Pluviais	101.050,76		83.208,56		174.093,92	10.165,40
44.5.5.0.03 Iluminação pública						
44.5.5.0.04 Parques e jardins			64.437,28		64.437,28	
44.5.5.0.05 Instalações desportivas e recreativas						
44.5.5.0.06 Captação, tratamento e distribuição água	7.418,37		19.143,80		24.968,37	1.593,80
44.5.5.0.07 Viação rural	71.316,65				71.316,65	
44.5.5.0.08 Infraestruturas p/distribuição energia eléctrica	121.852,88		73.380,62		195.233,50	
44.5.5.0.09 Infraestruturas p/tratamento residuos solidos	9.434,00				9.434,00	
44.5.5.0.10 Mobiliário Urbano	2.586,83				2.586,83	
44.5.5.0.11 Infraestruturas para Comunicações	5.842,73				5.842,73	
44.5.5.0.12 Sinalização e Segurança						
44.5.5.1 OUTRAS CONST. DIVERSAS- IMOB. CURSO - B. DOM. PÚBL	19.806,62		26.466,10		46.272,72	
44.5.5.1.09 Outras	19.806,62		26.466,10		46.272,72	
44.6 Adiantamentos por conta de bens de dominio publico						
44.7 Adiantamentos por conta de investimentos financeir						
44.8 Adiantamentos por conta de imobilizações corporeas						
44.9 Adiantamentos por conta imobilizações incorporeas						
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	58.656.107,71		1.653.088,21			60.309.195,92
45.1 Terrenos e recursos naturais	252.237,57					252.237,57
45.2 Edifícios						
45.3 Outras construções e infraestruturas						
45.3.1 Instalações desportivas e recreativas						
45.3.2 Creches						
45.3.3 Escolas						
45.3.9 Outros						
45.4 Infraestruturas e equipamentos de natureza militar						
45.5 Bens do património histórico, artist. e cultural						
45.9 Outros bens de dominio público	58.403.870,14		1.653.088,21			60.056.958,35
45.9.0 CONSTRUÇÕES DIVERSAS	58.327.131,74		1.653.088,21			59.980.219,95
A transportar	27.484.602,34		2.362.934,94	85.680,89	1.718.072,07	28.043.784,32
Total	27.484.602,34		2.362.934,94	85.680,89	1.718.072,07	28.043.784,32

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	27.484.602,34		2.362.934,94	85.680,89	1.718.072,07	28.043.784,32
45.9.0.1 Viadutos, arruamentos e obras complementares	11.087.374,65		1.103.671,39			12.191.046,04
45.9.0.10 Mobiliário Urbano						
45.9.0.11 Comunicações			5.842,73			5.842,73
45.9.0.2 Esgotos	6.824.039,26		182.267,62			7.006.306,88
45.9.0.3 Iluminação pública - Rede Aerea	241.682,06		52.605,30			294.287,36
45.9.0.4 Parques e jardins	641.764,02		64.437,28			706.201,30
45.9.0.5 Instalações desportivas e recreativas						
45.9.0.6 Captação, tratamento e distribuição água	5.993.327,72		30.319,04			6.023.646,76
45.9.0.7 Viação rural	33.533.812,36		71.316,65			33.605.129,01
45.9.0.8 Infraestruturas p/distribuição energia eléctrica	5.131,67		142.628,20			147.759,87
45.9.0.9 Infraestruturas p/tratamento residuos solidos						
45.9.1 OUTRAS CONSTRUÇÕES DIVERSAS	76.738,40					76.738,40
45.9.1.9 Outro	76.738,40					76.738,40
Total	85.888.472,48		4.016.023,15	85.680,89	1.718.072,07	88.100.742,67



SABROSA
Município

V CENTENÁRIO
100 ANOS DE FUNDADO MUNICIPAL

METODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP)

Município de Sabrosa

Participações Financeiras

Conta CBL	Empresas Municipais e Intermunicipais	Escritura	Participação %	Capital Social 31/12/2019	Capital Próprio 31/12/2019	RL 2019	% RL 2019	% do Capital Próprio	Valor Contabilístico Aplicação MEP		Diferença	Observações	Contas Auditadas?	Existem Reservas?
									Valor Contabilístico Conta 41	Valor Contabilístico Conta 78				
41.1.2.1	Águas do Interior Norte E.L.M., S.A. (AIN)		13%	14.398.500,00 €	14.398.500,00 €	0,00	0,00	100%	1.825.425,00 €	1.825.425,00 €	0 €			
Empresas Privadas e Cooperativas														
41.1.3.1	Águas do Norte, SA	N	0,11%	107.899.980,00 €	264.604.411,00 €	5.208.557,00 €	5.729,41 €	24,5%	115.288,00 €	115.288,00 €	0 €		SIM	NÃO
41.1.3.2	Dourogás	?						#DIV/0!						
41.1.3.3	Sonorgás	?						#DIV/0!						
Outras														
											0 €			
											0 €			Não
Saldo a 31.12.2019									1.940.713 €	0 €	175.777 €			
BG									145.213,00					
									1.795.500,00 €	0,00 €	175.776,85 €			

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de
Sabrosa

Assunto: Informação sobre o VALOR peticionado nos Processos Judiciais / Administrativos.

Exmo Senhor Presidente:

Foi-me solicitado pelo Sr Dr João Areias – Chefe da DAFP, que relativamente aos processos infra, em curso até à presente data, me pronunciasse quanto à probabilidade de condenação da CMS, no pagamento das quantias ali peticionadas.

Reiterando o que temos vindo a dizer, e, não arriscando fazer prognósticos quanto ao desfecho dos processos que envolvem pedidos de condenação monetária, de forma indiciária, diremos:

1º - Processo 27/11.7 BEMDL. Acção intentada pela MT3 – Engenharia e Obras Lda, contra o Município de Sabrosa. Está-se a proceder ao pagamento da quantia de **288.521,33€** (duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e um euros e trinta e três cêntimos) em prestações mensais.

2º - Processo 215/11.6 BEMDL. Acção intentada por Rui Laranjeira & Oliveira, Lda contra o Município de Sabrosa (Pede a condenação da CM no pagamento do valor referente a empreitada(s) mais juros). VALOR PETICIONADO = **250.000€**. Houve uma peritagem, ordenada pelo TAF, que estimou o valor das obras em **136.130,33€, valor sem IVA**.

3º - Processo 96/13.5 BEMDL. Acção intentada por Canelas Pinto & Filhos, Lda contra o Município de Sabrosa (Pede a condenação da CM no pagamento do valor referente a empreitada(s) mais juros). VALOR PETICIONADO = **39.676,32 € (corrigido)**. É provável que o Município venha a ser condenado, até porque confessou dever. Acontece que, foi alegado que seria necessário apurar o *quantum* em dívida, o que ainda está por fazer.

4º - Processo Contra-Ordenação 21010/2013. Processo intentado contra o Município de Sabrosa, pelo Conselho Directivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Valor da COIMA em caso de condenação (passível de recurso judicial) de **2.500€ a 44.890€**. A condenação do Município afigura-se-nos remota, e, a ser condenado seria a título de negligência pelo mínimo legalmente consagrado na Lei.

5º - Processo Contra-Ordenação / Auto da GNR (Retroescavadora). Foi apresentada defesa junto da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Valor da COIMA em caso de condenação (passível de recurso judicial) de **600€ a 3.000€**. A



condenação do Município afigura-se-nos remota, e, a ser condenado seria a título de negligência pelo mínimo legalmente consagrado na Lei.

6º - Processo Contra-Ordenação / Auto da GNR (Extintor). Foi apresentada defesa junto da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Valor da COIMA em caso de condenação (passível de recurso judicial) de **99,76€ a 249,40€**. A condenação do Município afigura-se-nos remota, e, a ser condenado seria a título de negligência pelo mínimo legalmente consagrado na Lei.

7º - Processo Contra-Ordenação 21627/2014. Processo intentado contra a CM pelo Conselho Directivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Valor das COIMAS (são duas) em caso de condenação (passível de recurso judicial) de **1.250€ a 25.000€, cada uma**. A condenação do Município afigura-se-nos remota, e, a ser condenado seria a título de negligência pelo mínimo legalmente consagrado na Lei.

8º - Processo 281/14.2BEMDL. Acção intentada por Fernando Augusto Monteiro contra o Município de Sabrosa (Pede a condenação da CM ao pagamento de uma indemnização no seguimento de um acidente de viação na via pública). VALOR PETICIONADO = **14.070,54€**. Não se nos afigura provável a condenação do Município, e a sê-lo, houve transferência de responsabilidade para uma seguradora – Açoreana.

9º - Processo 493/14.9BEMDL. Processo intentado contra a CM pela Suma Douro (Pede a condenação da CM ao pagamento de quantia referente à recolha de lixo, englobando vários Municípios). VALOR referente ao Município de Sabrosa = **21.183,31€**. É provável a condenação do Município na quantia peticionada.

10º - Processo 73/16.4T8CHV. Processo de execução de sentença intentado contra a CM por José Lopes Parafita da Fonseca e mulher (Execução no seguimento de acordo referente à construção da rotunda na entrada norte da Vila). VALOR da peritagem: **5.735,49€** (IVA incluído).

11º - Processo 203/16.6BEMDL. Acção intentada por Luís António Gonçalo Machado contra o Município de Sabrosa (Pede a condenação da CM ao pagamento de uma indemnização no seguimento de um despiste na via pública). VALOR PETICIONADO = **5.305,88€**. Não se nos afigura provável a condenação do Município, e a sê-lo, houve transferência de responsabilidade para uma seguradora – Açoreana.

12º - Processo 200/17.4 BEMDL. Acção intentada por Construela - Construção Civil e Obras Públicas, Lda contra o Município de Sabrosa (Pede a condenação da CM no pagamento do valor referente trabalhos a mais numa empreitada(s) mais juros). VALOR PETICIONADO = **44.696,60€**. O Município alegou nada dever.

Com os melhores cumprimentos,

Filipe Correia

Vila Real, 13 de Fevereiro de 2020